



Audição dos Laboratórios do Estado

Assembleia da República, 30 maio 2012

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

J. Pereira Miguel

presidente @insa.min-saude.pt

www.insa.pt



INSA, I.P.

- 1899 - Instituto Central de Higiene
- 1929 - Instituto Central de Higiene Dr. Ricardo Jorge
- 1971 - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)
- 2007 - INSA, Instituto Público e Laboratório do Estado

- **Plano de Desenvolvimento Estratégico 2008-2012**

6 funções essenciais:

Investigação e Desenvolvimento

Laboratório de Referência

Prestador de Serviços Diferenciados

Observatório de Saúde

Formação

Difusão da Cultura Científica



- **Atribuições em I&D:** orientadas para as necessidades em SP, procedendo à gestão científica, operacional e financeira dos programas de investigação do sector da SP, e capacitar investigadores e técnicos (in DL 124/2011, de 29 Dezembro)

Missão do INSA

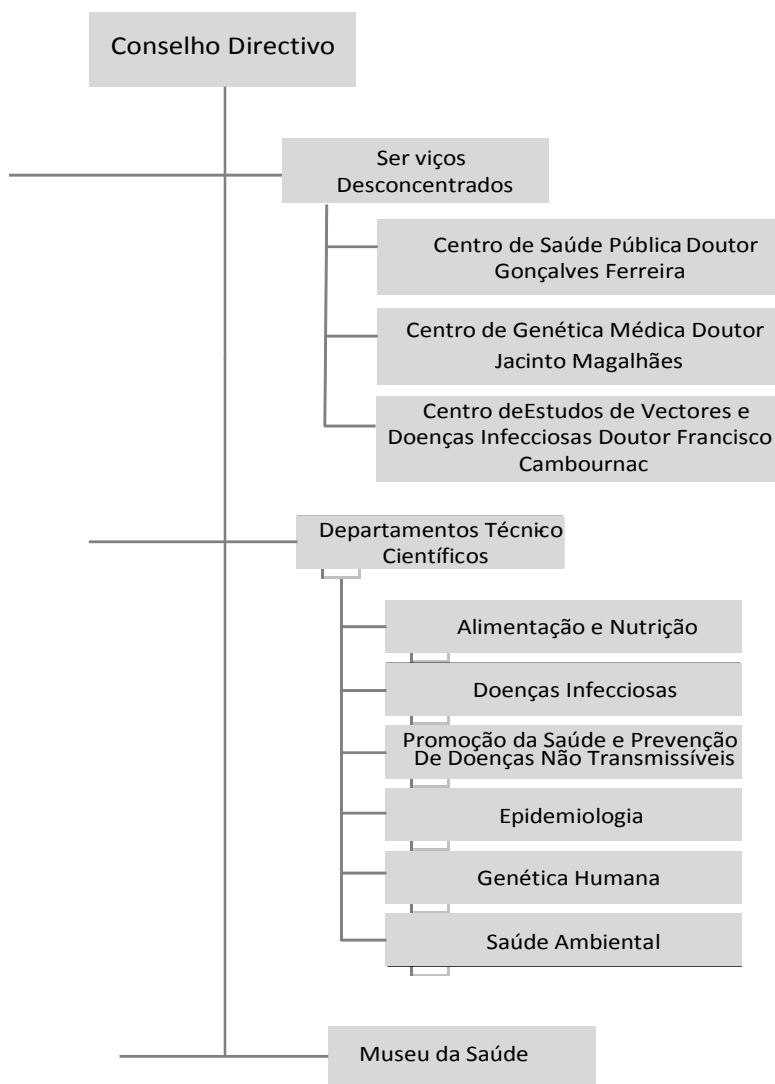
Contribuir para ganhos em SP através da **I&D**, atividade laboratorial de **referência**, **observação da saúde** e **vigilância epidemiológica**, bem como coordenar a **avaliação externa da qualidade laboratorial**, **difundir a cultura científica**, fomentar a capacitação e **formação** e ainda assegurar a **prestação de serviços diferenciados**, nos referidos domínios.

In Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 Dezembro

Funções Básicas de um Instituto Nacional SP (IANPHI 2007):

- Avaliação e análise do estado da saúde.
- Vigilância da saúde pública, investigação de problemas e controlo de riscos e ameaças para a saúde pública.
- Investigação em saúde pública.

Organograma e RH



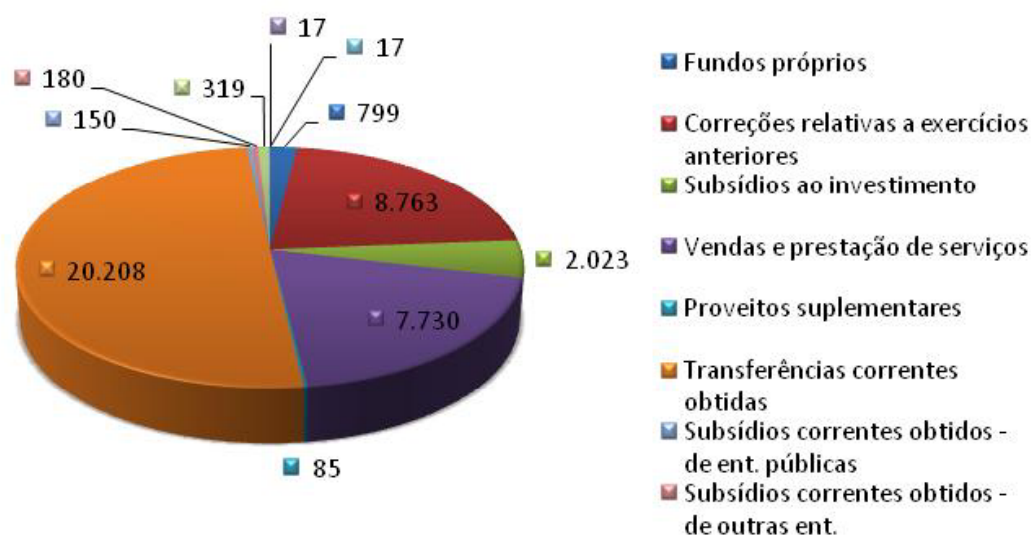
Grupo Profissional	2012
Investigadores (8 Ciência 07/08)	48
Médicos	6
Enfermeiros	2
TDT	121
TSS	99
TS	46
Outros	190
Total	512

Bolseiros BI	74
Bolseiros Pós-Doc	24
Total	98

Desempenho

in relatório de atividades 2011

Orçamento



Perfil de Clientes

- Hospitais
- ARSs
- Câmaras Municipais
- Escolas
- Serviços Prisionais
- Entidades Privadas
- Regiões Autónomas

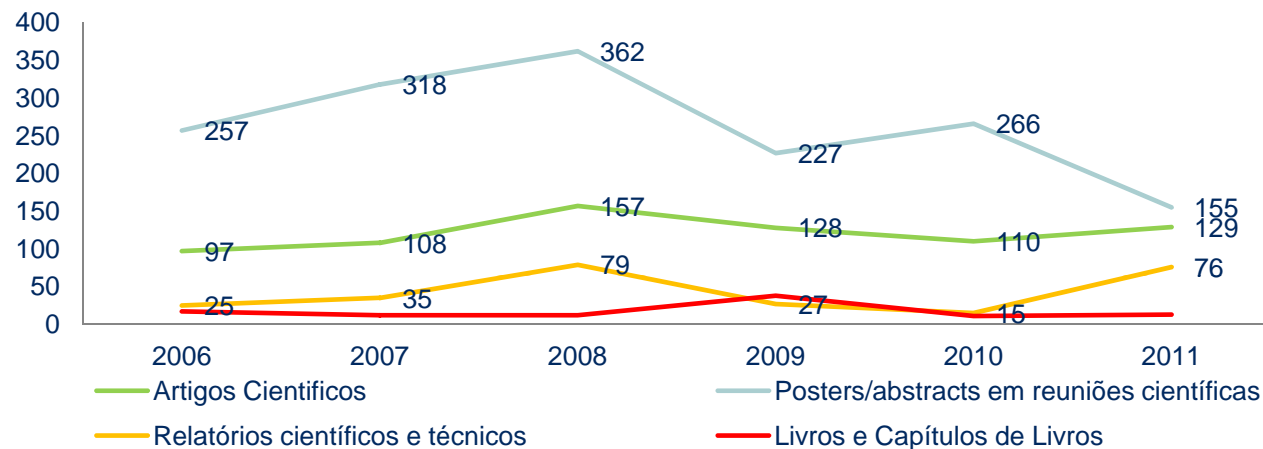
Exemplos de Serviço público exclusivo (Missão LE):

- Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial
- Programa Nacional de Diagnostico Precoce
- Programa Nacional Integrado de Vigilância da Gripe
- Programa Nacional de Controlo das Hemoglobinopatias

Desempenho

in relatório de atividades 2011

I&D



- 179 projetos em curso
- Promoção de concursos de projetos, prêmios, bolsas

Parcerias

- Instituições de ensino, Laboratórios do Estado, Hospitais
- Institutos congêneres: RIVM, FIOCRUZ, ISCIII
- Redes de Investigação – 13
- Redes de Referência – 10
- Redes de Vigilância - 53

Desempenho (cont.)

Lab Referência

	2010	2011
Coordenação de programas de AEQ internacionais	0	2
Coordenação de programas de AEQ nacionais	14	13
Novas metodologias de referência	48	20
Coordenação/Participação em redes de referência	17	16
Ensaio acreditado		214

Observação/Vigilância

	2010	2011
Coordenação/Participação em SRVE	48	53
Boletins de observação ou vigilância epidemiológica emitidos	412	423
Coordenação ou cocoordenação de programas de saúde nacionais	4	4
Participação/colaboração em programas de saúde nacionais	7	11

Prest. Serviços Diferenciados

	2010	2011
Análises clínicas	4.982.189€	2.873.193€
Análises sanitárias	667.745€	774.507€
Análises genéticas	484.724€	2.516.616€
Programas de avaliação externa da qualidade	79.020€	484.570€

Formação

	2010	2011
Ações de formação	246	313
Horas de formação por colaborador	29	25
Custos com formação por colaborador	179	167
Estágios de formação	240	123

Constrangimentos Gerais

- Modelo institucional como IP muito rígido – EPE?
- Necessidade de flexibilidade e desburocratização (gestão corrente, aquisição de bens e serviços).
- Financiamento sustentável – Contratos Programa?
- Falta de alinhamento estratégico entre a Saúde e Ciência.
- Obsolescência de equipamentos e edifícios.
- Dificuldades no recrutamento de investigadores e retenção de bolseiros.

Recursos Financeiros

Financiamento

- Falta de um contrato-programa
- Falta de financiamento direto do MS para I&D
- Desvantagem nos financiamentos FCT por falta de avaliação externa
- Desalinhamento entre áreas científicas da FCT e do INSA
- Impedimento de candidaturas a Projetos Estratégicos.

Gestão Financeira

- Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços e dificuldade na seleção dos fornecedores - dificuldades de enquadramento no DL 278/09 (excepção à parte II do CCP para as actividades de I&D em instituições científicas e de ensino superior).
- Criação da Pró-INSA- agilização dos impedimentos legais (perda de overheads)
- Demora nas reparações e manutenção – exigência de parecer prévio dos membros do Governo das áreas das Finanças e AP a todos os contratos de aquisição de serviços (Portaria 4-A/2011).

Recursos Humanos

- Estagnação da carreira de Investigação (aguarda revisão).
- Impedimento na reposição de investigadores aposentados (concurso externo).
- Despacho da Sec. Estado da Ciência permite recrutar investigadores mas apenas de entre doutorados com previa relação jurídica de emprego público já constituída e em exercício de funções de investigação.
- Dificuldade de recrutamento de TSS e TDT – por não terem contrato em funções públicas (estão nos hospitais EPE).
- Impossibilidade de reter talentos – perda de bolseiros com experiência e em quem se investiu em formação.

Recursos Técnicos

- Dificuldades na modernização dos equipamentos laboratoriais e tecnologias de informação.
- Dificuldades na manutenção/reparação de equipamentos – climatização, equipamentos novos parados, risco de perda de coleções de amostras biológicas, dificuldades na resposta a emergências (P3).
- Dificuldades na conservação/remodelação das instalações – coberturas dos edifícios, infiltrações, redes diversas, modernização dos laboratórios.
- Dificuldades no aproveitamento de fundos - concurso Consórcios FCT 2009 sem resolução final, QREN (dificuldades em assegurar a componente nacional).

Conclusões

- Necessidade de um modelo institucional de gestão mais flexível (sobretudo na área de I&D).
- Financiamento baseado em contrato-programa, salvaguardando as atividades de serviço público.
- Melhor articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência para um financiamento mais estratégico.
- Abertura de Concursos Externos para Investigadores, nomeadamente para bolseiros Pós-Doc a trabalhar nas instituições há vários anos.